

O DISCURSO DA LOUCURA EM O ALIENISTA

ALMEIDA, Lilian Menezes de

LIMA, Maria Auxiliadora da Silva
doralarissa@bol.com.br

RIBEIRO, Adelma Maria Alves
adelma@banese.com.br

GALLY, Christiane de Menezes
Licenciada em Letras/Português, Mestre em História da Educação, Especialista em Língua Portuguesa
MEC/FNDE, Revisora geral da UAB, Professora Adjunta III da Universidade Tiradentes.
chrisfreitasgally@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o discurso da loucura na obra *O Alienista* de Machado de Assis. Sob o ponto de vista das condições de produção, selecionou-se o corpus constituído pelas discussões entre os personagens e o narrador acerca da loucura. Nesta análise, percebe-se que o estudo da patologia cerebral visa a desmascarar a hipocrisia humana ao mesmo tempo que critica a postura demasiadamente cientificista daquela época. O discurso apresentado em *O Alienista* está em sintonia com as preocupações da psicanálise que ainda era gestada e muito criticada na sociedade brasileira do século XIX.

Palavras-chaves: Análise do discurso, loucura, *O Alienista*.

O Discurso da loucura em O Alienista

Este trabalho pretende analisar o discurso da loucura na obra *O Alienista* de Machado de Assis. Por ser um assunto muito vasto, limitou-se a verificar apenas alguns aspectos desta

patologia. Mas, o que é loucura? Segundo o dicionário Aurélio, loucura é “um estado ou condição de louco; falta de discernimento; irreflexão, insensatez; tudo o que foge às normas, que é fora do comum. (Aurélio, 1986: 1049).

Na obra *O Alienista*, toda a trama se desenvolve a partir da discussão: como reconhecer que um indivíduo está louco? Afinal, o que é que garante a sanidade de uma pessoa? Quais são as atitudes que diferenciam um louco de um ser normal? Estas perguntas não surgiram como simples curiosidade do autor. É preciso, para entender a escolha deste tema, naquele momento, conhecer as condições de produção, ou seja, “vasculhar” os sentidos construídos pelo contexto social, histórico, cultural e econômico do final do séc. XIX.

A obra O Alienista

O *Alienista* foi publicado entre outubro de 1881 e março de 1882, nele acontece mostrar-se que o personagem central – Simão Bacamarte – deseja provar a certeza da sua ciência: “A ciência concentrou-se em estender a mão à Teologia – com tal segurança, que a Teologia não soube enfim se devia crer em si ou na outra. Itaguaí e o universo ficavam à beira de uma revolução”. (Cap. IV, p. 28).

A obra *O Alienista* é subdividido em capítulos curtos, num total de XIII. Seu enredo consiste em discutir a cientificidade. Simão Bacamarte, inspirado pela doença psíquica de sua esposa, teve curiosidade de estudar sobre a loucura. Vendo que havia vários loucos na cidade e na vida alguns furiosos, outros mansos, ele resolveu construir um edifício para acolher todos os doentes de Itaguaí (interior do Rio de Janeiro). Numa conversa com o amigo Crispim Soares, o Boticário, disse que o objetivo dele era estudar profundamente a loucura, os seus diversos degraus, classificar-lhe os casos, descobrir a causa do fenômeno e o remédio universal. “O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os

seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal”. (Cap. II, p. 17).

Na autocrítica, o Alienista, percebeu que, mesmo fazendo uma boa obra à humanidade, o asilo Casa Verde, local de recuperação, lhe daria maior campo aos seus estudos.

Estudando cada louco na sua particularidade, Simão Bacamarte fez descobertas interessantes, fenômenos extraordinários. Procurava o melhor regime, as substâncias medicamentosas meio curativas e meio paliativas. Ele se dedicou tanto aos seus estudos que deixava até de falar com sua esposa no espaço de um jantar e outro.

Após alguns meses, o Alienista usa o contraste irônico entre a “dureza” do cientista e a “maciez” do marido. Para deixá-la feliz propõe a ela uma viagem ao Rio de Janeiro, mostrando-lhe que dinheiro, eles tinham muito e que os “Lunáticos”, além de dar-lhe mais conhecimento, também dava-lhe dinheiro, como também fez-lhe um homem de boas obras.

Com isso, a esposa viajou ao Rio, e ele continuou os estudos científicos. Logo depois, fez uma experiência, na qual delimitou a loucura, dizendo que a loucura ocupava algumas superfícies do cérebro e sabia onde uma começava e onde uma acabava. Após isso, cometeu alguns atos que chamaram de Atos “insanos”, como aprisionar um homem, o Senhor Costa, que não cometeu ato insano nenhum. Ele era só generoso. Simão também aprisionou a prima do mesmo senhor pelo fato de ela tentar explicar os atos do seu primo, colocando a culpa na religião árabe, mulçumana, religião esta que não era bem vista pelo Alienista.

Após estes fatos, houve uma grande rebelião liderada pela Porfírio, barbeiro da cidade de Itaguaí, incentivando a revolta da população contra o Dr. Simão Bacamarte e a Casa Verde. A intenção verdadeira de Porfírio era conseguir o poder, e ele conseguiu chegar ao seu objetivo. No final, o protagonista da obra, Dr. Simão Bacamarte, que já vinha apresentando

sintomas de insanidade — quando prendeu diversas pessoas afirmando que elas tinham alguma insanidade (patológica cerebral – loucura), — começou a soltar todas as pessoas da Casa Verde e trancou-se lá para estudar a sua própria loucura. Com isso, fica estabelecido que Machado de Assis nesta obra critica a postura do cientificista que não vê o ser humano na sua integridade corpo X alma. “era decisivo. Simão Bacamarte curvou a cabeça juntamente alegre e triste, e ainda mais alegre do que triste. Ato contínuo recolheu-se à Casa Verde”. (Cap. XIII, p. 76).

Intenções da obra

A obra tem como crítica os cientistas da época, que não possuíam conhecimento suficiente e necessário. Mostra também a hipocrisia humana, a verdadeira intervenção de Bacamarte: alguém que queria atingir a glória e ser a pessoa mais importante de Itaguaí, critica também a postura do cientificismo.

O narrador é em 3ª pessoa, onisciente, uma vez que tem a intenção de analisar o comportamento humano. Vai além das aparências e procura atingir os motivos essenciais de conduta humana, descobrindo, no homem, o egoísmo e vaidade. A intencionalidade crítica do narrador não se reflete somente ao ser humano de forma geral. Ele critica, também, a postura do extremo cientificismo no final do século XIX, “Nada tenho que ver com a ciência; mas, se tantos homens em que supomos juízo, são reclusos por dementes que nos afirma que o alienado não é o alienista?” (p. 42).

O narrador, com isso, termina por criticar a Escola Naturalista¹. O discurso temporal da obra não tem uma seqüência cronológica; o narrador apela para o flash back.

¹ Escola Naturalista é a liberdade de expressão e procura dar explicações científicas para o comportamento humano.

As crônicas da Vila de Itaguaí dizem que em tempos, remotos vivera ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. (p. 11).

A Loucura

As concepções acerca de loucura são determinadas por mecanismos históricos específicos, surgindo das necessidades e problemáticas correspondentes à inserção dos indivíduos nos padrões de expectativas dominantes, decorrentes dos sistemas de valores cultuados: o trabalho, o tempo, o convívio social, as hierarquias.

Para compreender as idéias formuladas no Brasil sobre os chamados alienados, em fins do século XIX, bem como as atitudes colocadas na prática, devemos considerar o contexto ao qual pertenciam. No século XIX, a loucura era mais uma das modalidades de exclusão em uma sociedade praticamente polarizada entre senhores e escravos, onde havia uma grande margem de “inadaptados” aos quais se buscava repreender e disciplinar (Carneiro, 1993). Assim é que foi significativa, mesmo após o fim da escravidão e a proclamação da República, a quantidade de indivíduos situados como vadios e vagabundos.

Nas últimas décadas do século XIX, as pessoas consideradas loucas eram equiparadas aos indivíduos classificados como desordeiros, unindo-se ao grupo dos incômodos e perigosos, que deveriam ser postos longe da dita boa sociedade. A loucura adquiria ares de moléstia social. Constata-se isto na prática do recolhimento nas cadeias públicas, confirmando o fato de que não importava tanto o destino e os procedimentos empregados. A tônica em relação aos alienados era a falta de assistência pública, a qual se somava a marginalização de que foram alvos.

O recolhimento nas cadeias

No momento da reclusão de alguém visto alienado, percebe-se que havia pouca clareza quanto ao real estado daquele indivíduo que fora abordado. Eram abundantes as indagações e dúvidas manifestadas pelas autoridades policiais responsáveis pelas prisões. Em seus relatórios são freqüentes expressões do tipo “parece sofrer de alienação mental”. O atestado de loucura estaria nesses casos subordinados às opiniões e percepções imediatas de gestos, palavras e comportamentos apresentados pelo suposto alienado.

Outro aspecto discutido diz respeito à atuação dos saberes médicos no momento de identificar alguém preso nas ruas como alienado. Importante lembrar que nos últimos vinte anos do século XIX, o discurso médico, mais especificamente o psiquiátrico, passou a adquirir cada vez mais prestígio e autoridade sobre os assuntos relacionados a doenças mentais.

A prisão de alienados estava ligada estreitamente às tentativas de disciplinar os espaços públicos, que abrangiam desde a organização dos serviços urbanos à distribuição das habitações, passando pelas iniciativas de controle sobre a mobilidade das pessoas pelas vias da cidade.

Seguindo o raciocínio de que era um atentado para a sociedade, figuravam em regulamentos que procuravam disciplinar sua existência, sendo alvos inclusive dos códigos de postura municipais. Sob o expressivo título de *Providências sobre loucos, bêbados e feras*, uma resolução de 1892 foi bem clara quanto aos seus objetivos: coibir “os loucos que andarem vagabundos pelas ruas e praças da cidade” (Coleção de Leis e Resoluções Municipais). A proximidade desses termos é reveladora da generalização que garantia o fenômeno de exclusão.

A Psiquiatria surgiu como especialidade médica no fim do século XVIII quando começou a dar-se na Europa a retirada dos loucos das dependências de abrigos onde eram misturados a todo o gênero daqueles classificados como delinqüentes. A imagem do francês Phillipe Pinel, libertando os loucos de correntes e grilhões, foi marcada por toda uma simbologia que identificava a Psiquiatria a idéias essencialmente humanitárias: a partir de então começaria a ser visto como um doente, que precisava, sobretudo de um tratamento (SILVA FILHO, 2000).

O movimento pela hospitalização dos loucos começou a se organizar no Brasil a partir de 1830, principalmente através da atuação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Devemos lembrar que data justamente dessa época a criação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, ambas em 1832 (SANTOS FILHO, 1985). Portanto um período de articulação e de busca de legitimidade do discurso médico. Assim, começariam a levantar-se as primeiras vozes em defesa da construção de um hospital específico aos ditos alienados mentais, o que se concretizaria com a inauguração do Hospício D. Pedro II (1852), no Rio de Janeiro. Naquelas Províncias onde inexistia esse tipo de estabelecimento, os alienados eram enviados com freqüência às Santas Casas de Misericórdias, cujas instalações não demonstravam ser das mais confortáveis: “...incluem-nos entre seus hospedes, mas dá-lhes tratamento dos demais, amontoando-os em porões, sem assistência médica, entregues a guardas e carcereiros”. (REZENDE, 2000, p. 35).

Não foram poucas às vezes em que pairaram dúvidas quanto ao trabalho desempenhado no hospital, visto com certa desconfiança, cuja palavra parecia não ser dotada de muito crédito. Situação que era explorada pela imprensa, quando esta dava vazão a denúncias envolvendo o cotidiano da Santa Casa. Em junho de 1892, o louco de nome Luis da Cunha foi morto, segundo o hospital, por outro chamado Domingos Alves. Porém o jornal “A

Pacotilha” levantou uma outra versão: Luis havia sido morto pelas próprias irmãs de caridade que atuavam na Santa Casa (Ata da Mesa administrativa da SCM, 06/06/1892).

Entretanto constatamos que a maioria dos termos empregados eram marcados por uma certa superficialidade, muito próxima ao senso comum: os alienados são qualificados simplesmente de calmos ou furiosos, o que denota mais uma descrição de comportamento que uma noção sobre causas e tratamentos específicos.

As iniciativas que pretendiam organizar os espaços urbanos no Brasil começaram a ganhar impulso considerável na 1ª metade do século XIX, contando com a atuação da chamada Medicina Social, possuidora de propostas que reclamavam a necessidade de intervir na constituição das cidades: sua distribuição, suas características físicas e arquitetônicas, os hábitos de seus moradores. Atacando aqueles lugares vistos como possíveis propagadores de doenças ou desordens, pretendia interferir na criação e no funcionamento de ruas, fábricas, cemitérios, escolas, hospitais. Buscava uma espécie de normalização da sociedade baseada na idéia de uma formação sadia, uma cidade limpa (em vários aspectos), composta por indivíduos “sãos” (MACHADO, 1978).

A idéia de que a insanidade era rara entre os povos primitivos e que ela tendia a aumentar em proporção ao processo civilizatório, surgiu pela primeira vez no século XIX. Psiquiatras importantes daquela época defenderam a idéia de que existiria uma íntima relação entre civilização e doença mental. A idéia do “bom selvagem”, proposta pelo filósofo e reformador francês Rousseau², ainda era forte.

Por exemplo, o naturalista Alexandre Von Humbolt³, em sua viagem às regiões tropicais da América, teria ficado surpreso com a ausência de doentes mentais entre os

² Pensador europeu no séc. XVIII inspirando reformas políticas e educacionais nasceu em 1712 e faleceu em 1778.

³ Geógrafo, filósofo, historiador, explorador e naturalista alemão, deu início a expedições naturalistas e é considerado o fundador da moderna geografia física.

selvagens. Em outro exemplo, o médico encarregado da remoção dos índios Cherokee às reservas indígenas, tendo observado mais de 20 mil índios, afirmou nunca tinha visto ou mesmo ouvido falar de um caso de insanidade entre os Cherokees. Acreditava-se também que a insanidade era rara entre os africanos e chineses e que as pessoas nativas no Pacífico Sul também eram isentas de insanidade. O Capitão Wilkes, o comandante da “Expedição Exploradora dos Estados Unidos”, relatou que durante todas as suas viagens aos mares do sul jamais havia visto qualquer caso de insanidade entre as pessoas daquela região.

Não é absurdo pensar que o “louco selvagem” funcionaria como uma mancha de Rorschach na qual o imaginário ocidental “projeta” sem pudor as suas fantasias, seus temores, seu racismo e preconceitos etnocêntricos. Os inícios da etnopsiquiatria revelam, freqüentemente, apenas uma sombra deformada do homem exótico e seu adoecimento psíquico. A lente que o branco civilizado utiliza deforma profundamente seu objeto, tanto por necessidades e interesses políticos e ideológicos, como pela pregnância de noções étnicas profundamente arraigadas no pensamento ocidental.

A psiquiatria positivista, para Foucault⁴, não libertou os loucos da confusão da era clássica que misturava desatino e loucura e nem a transformou em “humana”. O que ocorreu foi, ao longo do século XVIII, uma transformação na consciência da loucura. A psiquiatria positivista não representou uma evolução no quadro de um movimento humanitário que se aproximava aos poucos da realidade humana do louco, como também não foi o resultado de uma necessidade científica que tornava a loucura mais fiel àquilo que poderia dizer de si mesma. É no próprio internamento que essa transformação se dá e é a ele que se deve prestar atenção para entendermos essa nova consciência da loucura que acaba de emergir. A crítica política do internamento, no século XVIII, não funcionou no sentido de uma libertação da loucura, permitindo aos alienados uma atenção mais filantrópica, mas uniu ainda mais a

⁴ Filósofo, pensador mais famoso da época, morre em 1984. Adulto e iconoclasta Michel Foucault sentia que tinha alguma culpa pela forma com a qual a história realizou seu desejo.

loucura ao internamento, como Foucault defende na seguinte passagem: o fato de haver tomado suas distâncias, de ter-se tornado enfim uma forma delimitável do mundo perturbado do destino, não libertou a loucura; entre ela e o internamento estabeleceu-se uma profunda ligação, um elo quase essencial (Foucault, 1997, 399).

O internamento, da forma como foi concebido pelos séculos XVII e XVIII, passa agora por uma grande crise, que não provém do seu interior, mas está ligado a todo um horizonte econômico e social. À medida que o século XVIII avança, ele vai ser tomado cada vez mais ineficaz, e acaba sendo colocado em questão. No final do século XVIII, os seus limites já são claramente diagnosticados: ele não é mais eficaz nas estruturas econômicas, porque não consegue resolver uma crise de desemprego e nem agir sobre os preços. Ele só diz respeito a uma população indigente que é incapaz de lidar com as suas próprias necessidades. Vê-se aí se formar uma nova contestação da política tradicional da assistência e da repressão do desemprego.

Ocorre toda uma reabilitação moral dos pobres em um contexto no qual a indigência torna-se o elemento indispensável ao Estado. Assim, há uma reintegração econômica e moral desse personagem, já que na economia mercantilista ele não possuía lugar, pois não era produtor nem consumidor. O seu único destino só poderia ser o exílio da sociedade através do internamento. Mas com a indústria que acaba de nascer ele volta a fazer parte da nação. Por isso o internamento é criticado, exatamente porque ele produzia um grave erro econômico quando acreditava que se acabaria com a miséria, colocando a população pobre fora do circuito de produção e mantendo-a pela caridade. Essa medida, segundo os críticos do internamento, suprimia uma parte da população desse circuito, limitando a produção de riquezas.

Deve-se, ao contrário, recolocar toda essa produção no circuito da produção e utilizá-la como mão-de-obra para que as nações alcancem o máximo de riquezas. Dentro

dessa concepção, as formas clássicas da assistência são uma causa de empobrecimento e um obstáculo à riqueza produtiva. A assistência aos pobres, assim, deve assumir um novo sentido. Não se deve mais internar a população pobre, mas deixá-la na liberdade do espaço social, já que será absorvida pela produção por ser uma mão-de-obra barata. A pobreza deve ser libertada do internamento e colocada à disposição da sociedade.

Só há um elemento negativo em todo esse processo: o pobre doente. Somente ele reclamará a assistência total. É nesse momento que todo o campo que anteriormente envolvia a loucura se fragmenta, desfazendo-se tanto do desatino quanto da miséria. A miséria liga-se aos problemas da economia, o desatino relaciona-se às figuras da imaginação e, assim, eles não estarão mais associados. No final do século XVIII, quem reaparece, portanto, é a loucura, completamente libertada das velhas formas de experiência nas quais ela era considerada, não por uma intervenção da filantropia ou por um reconhecimento científico que finalmente atingiu a sua verdade, mas por um isolamento da grande figura do desatino.

Se a prática do internamento é reduzida cada vez mais ao âmbito das faltas morais, dos conflitos familiares, da libertinagem, ela permanece ativa exclusivamente para os loucos. Nesse momento, a loucura assume a posse do internamento, ao mesmo tempo em que ele se desvencilha das suas outras formas de utilização. É nesse quadro que, ao final do século XVIII, aproxima-se duas figuras que tinham permanecido por muito tempo estranhas uma a outra: o pensamento médico e a prática do internamento. Essa aproximação não aconteceu devido a uma tomada de consciência de que os internos eram doentes, mas por trabalho violento que se realizou através de um defrontamento entre o velho espaço de exclusão, homogêneo e uniforme e esse espaço social da assistência que o século XVIII fragmentou. Com a vitória desse último, a loucura ganha um estatuto público e o espaço do confinamento são criados para garantir a segurança da sociedade contra os seus perigos.

A natureza desse confinamento, no entanto, não estava determinada, pois, no final do século XVIII, dois projetos se defrontam: um que procurava reviver, agora sob novas formas, as velhas funções do internamento; e outro que procurava dar um estatuto hospitalar à loucura. Essa luta não representa a tradição contra o novo humanismo. Longe disso, e percebendo o procedimento histórico-genealógico utilizado por Foucault, um projeto sai vitorioso e cria um lugar específico e uma nova forma de se relacionar com a loucura, para uma sociedade “onde tudo o que há de estranho no homem seria sufocado e reduzido ao silêncio”. (Foucault, 1997: 428). Será no momento em que o internamento vai se transformar em medicação que o gesto negativo de exclusão adquirirá, ao mesmo tempo, o significado positivo da cura.

Essa transformação da casa de internamento em asilo não se deu pela introdução progressiva da medicina, mas através de uma reestruturação interna desse espaço antes caracterizado pela exclusão e pela correção. É somente porque o internamento assumiu um valor terapêutico através do reajustamento político, social e moral da relação entre loucura e desatino que a medicina poderá apossar-se do asilo e de todas as experiências da loucura. Nesse momento, explicita-se a proveniência da loucura produzida pela psicologia do século XIX: ela não surgiu da humanização da justiça e de suas práticas, mas de uma exigência moral e de uma estatização dos costumes. Essa psicologia, portanto, chamada de individual, provém de uma reorganização da consciência social.

Foucault finaliza o seu livro com uma observação extremamente importante, expressando a sua concepção de história. Se é muito comum pensarmos que ele descreveu, em seu livro, o louco, ao longo dos 150 anos de sua história, Foucault afirma que, ao tentar fazer a história do louco, o que ele fez foi a história daquilo que tornou possível o próprio aparecimento de uma psicologia. (Foucault, 1997: 522).

Bem ao modo de uma história do pensamento e de uma filosofia da relação, ele não partiu de uma figura ou um objeto dado ou acabado e, a partir daí, fez a sua história, mas ele atentou para os mecanismos e as práticas que produziram o objeto, ou seja, o louco. Dito

de outra forma, Foucault atentou para as condições de possibilidade para o aparecimento da psicologia, esse fato cultural que é próprio do mundo ocidental desde o século XIX, que produziu o louco do mundo moderno.

Com o seu nascimento, passa a constituir o ser humano: o homem detém em seu interior a sua própria verdade. O louco também é detentor da sua verdade, mas essa verdade está oculta e, como ele não consegue alcançá-la nem decifrá-la, então ele clama desesperadamente para que ela seja, enfim, revelada. Quem atenderá a esse chamado? Está construído o campo que possibilita à psicologia tratar o louco e interná-lo em seus confinamentos.

Para analisar as condições de produção, vamos mostrar a contribuição histórica que esteve presente na vida da personagem e do autor.

Por volta de 1870 estava acontecendo no Brasil a entrada dos imigrantes e isso deu um novo impulso a imigração para São Paulo. Começa então uma revolução Industrial e a era do cientificismo, militares, civis, ansiavam por uma participação pública do que a oferecida pelo fechado sistema político imperial. Sem ter alternativa, dedicaram seu tempo a investigações acariadas: médicos, advogados, negociantes, tronaram-se consumidores ávidos de literatura científica produzida na Europa, sobretudo do evolucionismo de Spencer e Darwin⁵ e do positivismo de Auguste Comte⁶.

Com isso na década de 1880, a opinião pública já se posicionava contra a escravidão, até porque, para grandes setores da sociedade brasileira, o escravismo já perdera a importância. Nas cidades, os escravos eram cada vez mais raros, boa parte da população urbana, sobretudo, aquela que havia recebendo formação técnica, não via a vantagem na manutenção de um modo de produzir condenada a extinção.

⁵ Charles Robert Darwin (1809-1882) defendia doutrina fundamentada na idéia de evolução, e mais particularmente, conjunto de teorias explicativas do mecanismo da evolução dos seres vivos.

⁶ Auguste Comte (1798-1857) filósofo que defendia sistema de filosofia baseada em experiência e conhecimentos empírico.

Em S. Paulo era clara a preferência pelos imigrantes, mesmo que ainda se usasse escravos, sobretudo na abertura de novas terras para o plantio, trabalho que os imigrantes desconheciam no sul e prosperavam as colônias de europeus. A movimentação do povo para a abolição da escravatura não conseguiu tirar o governo da inércia. A cada dia surgiam clubes abolicionistas; deixados a coleta de recursos para a alforria dos escravos para os quais até mesmo grandes damas concorriam com jóias, crianças e estudantes com seus tostões, cada qual segundo suas posses. E crescia cada vez mais o número de pessoas que associavam para a libertação dos escravos. A reação do governo ao movimento abolicionista foi retardada. Só em 1885, quando o Ceará já libertava os escravos por conta própria, foi aprovada a Lei Saraiva – Cotegipe, que tornara livre os escravos com mais de sessenta anos. Além de beneficiar apenas os senhores, que ficavam livres da responsabilidade de alimentar escravos poucos produtivos, a medida era de ironia brutal numa época que a expectativa de vida para escravos mal chegava aos quarenta anos.

A distância entre a sociedade em movimento para uma nova forma de trabalho e o governo paralisado atingiu o auge. Chegou-se a tal ponto que a princesa Izabel, foi obrigada a agir. Tímida em sua atuação nas duas viagens anteriores do pai, ela tomou o partido da abolição; com umas tantas ordens e uma troca de ministério mostrou que o governo podia agir quando queria. Assim, no dia 13 de maio de 1888 foi assinada a Lei Áurea pela primeira vez, em muitos anos, multidões tomaram as ruas para festejar uma decisão do governo.

A década de 1870-1880 é conservadora e dirigida pelas maiores sumidades do Império, e nem por isso, se evita o descaminho das instituições imperiais.

O século XIX, nesta fase, sobretudo, contém grandes temas: a revolução social, o crescimento das cidades, a transformação da agricultura, a proliferação dos Estados-Nações, a explosão dos Impérios ultramarinos.

A religião católica seria a religião oficial, permitindo os demais cultos. A projeção desses outros cultos foi, porém insignificante.

A relação entre a ciência e a fé em O Alienista

O autor da Obra, Machado de Assis, tinha uma formação católica e com isso criticava a ciência achando que ela não possuía certeza nenhuma até porque participava ele do período moderno. A questão social na obra é enfocada através de aristocracia e povo, pois são médicos, vereadores, farmacêuticos, barbeiros, todos envolvidos no mesmo roteiro. Esses fatores são as condições de produção que possibilitam a escrita de uma crítica, sendo um narrador onisciente, mas com uma internacionalidade crítica, tendo a intenção de analisar o comportamento humano: vai além das aparências e procura atingir os motivos essenciais da conduta humana, descobrindo no homem, o egoísmo e a vaidade!

O autor utiliza o humor para criticar a hipocrisia humana, provocada por um sistema social regido pela falta de valores.

O homem, para Machado, era acima de tudo, ganancioso e movido pela intenção de poder.

Na obra O Alienista de Machado de Assis, diferencia-se a forma de sentido, quando se coloca o discurso loucura para mostrar que a ciência representada pelo Dr. Simão Bacamarte não está segura nas suas certezas e também tenta impor ao leitor que se perceba os erros do cientificismo. O discurso toma uma reversibilidade zero e um gênero autoritário, tendo com isso um agente exclusivo e a polissemia é contida; ou seja, o que quer dizer isso: quer dizer que pelo discurso ser autoritário não se cria formas de opinião ficando irreversível e monosêmico (discussão de um só tema).

- “Essa pode ser, com efeito, a explicação divina do fenômeno, concordou o Alienista depois de refletir um instante, mas não é impossível que haja também alguma razão humana, e puramente científica, é disso trato...” (ASSIS, 1881).

Com relação às Leis do Discurso, Machado usou duas leis discursivas: a da sinceridade: a qual diz que um enunciador num ato de fala que realiza tem que vir a se engajar dentro do mesmo; falando agora a respeito das competências do discurso, Machado de Assis desenvolveu uma competência comunicativa de qualquer usuário da língua, muito bem feita, que é uma interação entre: (falante, escritor/ouvinte, leitor), teve ele a capacidade de como usuário empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação e, para essa competência ser realizada com perfeição, ele usou duas outras mais que foi a gramatical ou lingüística e a textual. A competência lingüística é a capacidade que tem o usuário da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor) de gerar seqüências lingüísticas gramaticais, isto é, consideradas por esses mesmos usuários como seqüências próprias e típicas da língua em questão, isso é o que Chomsky chamou de “Criatividade Lingüística”, que é a capacidade de, com base nas regras da língua gerar um número infinito de frases gramaticais.

A competência textual também muito bem usada por Machado nos faz compreender textos bem formados, mas para isso antes de fazer essa leitura do discurso tem que ter a competência chamada de enciclopédica, que vai ser o saber da leitura para acompanhar-nos bem a competência textual de Machado de Assis.

Para que se entenda todas essas competências do discurso de Machado se deduz que a importância para o ensino de uma teoria que trata especificamente do texto e o vê como espaço intersubjetivo, resultado da interação entre sujeitos da linguagem que atuam sem uma situação de comunicação para atingir determinados objetivos, ou seja, para a consecução de uma intenção mediante o estabelecimento de efeitos de sentido pela mobilização de recurso

lingüísticos que, em seu conjunto, constituem dentre as disciplinas lingüísticas no que respeita a fornecer subsídios para o ensino da língua dentre essas disciplinas.

Considerações Finais

Percebemos que O Alienista é um texto que está entre conto e novela. Há que se ver na obra elementos típicos da produção realista de Machado, principalmente a análise psicológica e a crítica social.

O mergulho machadiano na mente de suas personagens, mostrando um micro-realismo, torna-o cego para questões sociais. No entanto, o presente conto é prova de que no Machado de Assis, o que ocorre é a soma desses dois campos.

A personalidade é influenciada por forças sociais, por sua vez, a sociedade é influenciada por razões psicológicas. Assim, entendemos a literatura machadiana como expressões de problemas psicossociais.

Existe uma semelhança entre o autor e o protagonista, Simão Bacamarte, pois, como Alienista (médico que se especializa em cuidar de problemas ligados à mente, algo como hoje seria o serviço de psiquiatria), está preocupado em analisar o comportamento dos habitantes da cidade em que está instalado e como a conduta influencia as relações sociais.

O mais interessante é notar aqui o caráter alegórico, ou seja, representativo que a narrativa assume.

O que se passa em Itaguaí, cidade do interior do Rio de Janeiro, é o que ocorre em toda nossa civilização.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **O Alienista**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

BOCK, Ana Marcês Bahia et al. **Psicologias**. 13ª Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

CALDIRA, Jorge et al. **Viagem pela História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Gisele de Castro de. **A Louca e o Profeta**. Diferentes efeitos e sentidos para a “palavra divina”. 2002. p. 125-139.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Maxron Books, 2001.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Clara Luz, 2007.

ORLANDI, Emi P. **Análise do Discurso**. Princípios e procedimentos. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Pontes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Reflexões sobre “A História da Loucura”**. 14ª Ed. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

Referências da Internet:

Disponível em: www.uema.br/revistaemfoco/anaistabio.htm.civilizaçãoeloucura. acesso em: 22/05/2007 às 18:30.

Disponível em: www.cerebromente.org.br/n01/dalga/dalga1.htm-14k. acesso em: 22/05/2007 às 19:00.